

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.879 - SP (2019/0353453-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUANA PEREIRA DO AMARAL - SP258990
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUANA DE CASSIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (PRESO)
OUTRO NOME : LUANA DE CASSIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA DE
OLIVEIRA (PRESO)
OUTRO NOME : LUANA DE CASSIA CRISTINA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUANA DE CASSIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que negou provimento à apelação defensiva em acórdão assim ementado (fl. 23):

Ementa: apelação criminal. Não provimento do recurso da Defesa. Materialidade delitiva e autoria estão comprovadas pela prova oral e documentos existentes nos autos, associação para o tráfico e receptação dolosa. A autoria, igualmente, pode ser imputada aos apelantes, pelo conjunto probatório. Penas bem fixadas (penas-base no mínimo, reincidência do apelante, dupla, e primariedade e menoridade da apelante). Regimes que não se modificam, inicial fechado para o apelante e inicial semiaberto para a apelante. Manutenção da prisão do apelante e determinação de prisão da apelante.

Consta dos autos que a paciente foi condenada como incurso no art. 35 da Lei 11.343/2006 e art. 180 do Código Penal à pena de 4 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, com possibilidade de recorrer em liberdade e ao pagamento de 710 dias-multa.

Interposto recurso de apelação pela defesa, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, determinando a expedição de mandado de prisão.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para fixar o regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso que o legalmente previsto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente inicie o cumprimento da pena em regime aberto e sua substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É o relatório.

DECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que as pretensões de modificação do regime e substituição por penas restritivas de direitos são claramente satisfativas, melhor cabendo o exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.



MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator